



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO

PARACER JURÍDICO

CONSULENTE: Prefeitura Municipal de Bernardo Sayão

REFERÊNCIA: Processo Administrativo nº 06/2025

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 002/2025

ASSUNTO: Análise da possibilidade de Contratação direta, através de Dispensa de Licitação, com fundamento no Artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e Decreto 12.343/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E CONSULTORIA EM REDES, COM SERVIDORES DE REDES, COM A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE COMPUTADORES, NOTEBOOKS, IMPRESSORAS, SCANNERS, NOBREAKS DE MANEIRA GERAL E DE FORMA MECANIZADA TODOS OS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COM LIMPEZA DOS STATUS DE ENERGIA GERAL DOS COMPUTADORES; NOTEBOOKS; IMPRESSORAS, E FORMATADO; INSTALAÇÃO NECESSÁRIA COM BOM FUNCIONAMENTO EM EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E OUTROS SERVIÇOS QUE SEJAM NECESSÁRIOS PARA O BOM FUNCIONAMENTO DA REDE DE INFORMÁTICA NOS SETORES E ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO – TO E SEUS ANEXOS.

1. **RELATÓRIO:**

Trata o presente expediente de solicitação de análise jurídica acerca do procedimento de contratação na modalidade de dispensa, fundamentada no art. 75, inc. II da Lei de Licitações nº 14.133/2021 e Decreto 12.343/2024, visando a contratação de empresa para prestação de serviço de assistência técnica e consultoria em redes, com servidores de redes, com a manutenção preventiva e corretiva de computadores, notebooks, impressoras, scanners, nobreaks de maneira geral e de forma mecanizada todos os equipamentos de informática, com limpeza dos status de energia geral dos computadores; notebooks; impressoras, e formatado; instalação necessária com bom funcionamento em equipamentos de informática e outros serviços que sejam necessários para o bom funcionamento da rede de informática nos setores e órgãos administrativos da Prefeitura Municipal de Bernardo Sayão – TO e seus anexos, a qual requer o



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO

processamento dispensa de licitação com fundamentos na Nova Lei de Licitações (Lei nº14.133/2021).

É o que se tem a relatar.

Em seguida, exara-se o opinativo e a análise jurídica

2. **ANÁLISE JURÍDICA:**

Preambularmente é importante destacar que a submissão das dispensas de licitações, na Lei 14.133/2021, possui amparo, respetivamente, em seu artigo 53, §1º, inciso I e II c/c o artigo 72, inciso III, que assim dispõem:

“Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§1º - Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - Appreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e direito levados em consideração na análise jurídica.”

“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos”.

Nesse sentido, a presente análise tem a finalidade de verificar a conformidade do procedimento, com as disposições fixadas na nova Lei de licitações, em especial no que tange a possibilidade legal de contratação direta dos serviços, tendo por fundamento o artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Preliminarmente, cumpre esclarecer que, a presente manifestação limitar-se-á à dúvida estritamente jurídica “in abstracto”, ora proposta e, aos aspectos jurídicos da matéria, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, administrativos, económico-financeiros e quanto a outras questões não ventiladas ou que exijam o exercício de conveniência e discricionariedade da Administração.

Inclusive, entendimento do Tribunal de Contas da União afirma que não é da competência do parecerista jurídico a avaliação de aspectos técnicos da licitação. Acórdão 1492/2021 – TCU PLENÁRIO.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO

Por essa razão, a emissão deste parecer não significa endosso ao mérito administrativo, tendo em vista que é relativo à área jurídica, não adentrando à competência técnica da Administração, em atendimento à recomendação da Consultoria Geral da União, por meio das Boas Práticas Consultivas – BCP nº 07, qual seja:

O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto.

A norma citada acima é fundamental para assegurar a correta aplicação do princípio da legalidade, para que os atos administrativos não contenham estipulações que contravenham à lei, posto que, o preceito da legalidade é, singularmente, relevante nos atos administrativos.

Assim, se faz necessário o exame prévio, para que a Administração não se sujeite a violar um princípio de direito, o que é severamente tão grave como transgredir uma norma.

Por esse motivo, a Constituição Federal em seu artigo 37 estabelece que, a Administração Pública observará os Princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Já no que tange a inafastabilidade do procedimento licitatório, o inciso XXI do artigo retro mencionado assevera que, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica, indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Com efeito, conforme previsto na norma retrocitada, os critérios se aplicam no caso em tela, uma vez que, consoante disposto no Artigo 75, inciso II, da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Importante dizer que o valor de R\$ 50.000,00 para a dispensa foi atualizado pelo



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO

Decreto 12.343/2024 para R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos)

Todavia, faz-se necessário transcrever o artigo alhures, que assim dispõe:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Decreto 12.343/2024 – Para contratações que envolva valores inferiores a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos)

Com relação ao objeto da dispensa ou prova, verifica-se que o preço médio auferido com base na análise não ultrapassa o valor previsto no artigo 75, inciso II da Lei 14.133/2021 e Decreto 11.871/2023, além de que o edital e seus anexos encontram-se em conformidade com a lei.

Assim, é preponderante caminhar, doravante, na linha da possibilidade de comprometimento do feito para contratação de empresa para prestação de serviço de assistência técnica e consultoria em redes, com servidores de redes, com a manutenção preventiva e corretiva de computadores, notebooks, impressoras, scanners, nobreaks de maneira geral e de forma mecanizada todos os equipamentos de informática, com limpeza dos status de energia geral dos computadores; notebooks; impressoras, e formatado; instalação necessária com bom funcionamento em equipamentos de informática e outros serviços que sejam necessários para o bom funcionamento da rede de informática nos setores e órgãos administrativos da Prefeitura Municipal de Bernardo Sayão – TO e seus anexos, desde que a despesa não seja superior a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos)

Para atendimento perfeito aos critérios estabelecidos pela norma acima, faz-se necessário que o processo seja instruído com os documentos exigidos no art. 72 e incisos, senão vejamos:

“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos”.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
V - Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilita o e qualifica o mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preç ;

VIII - autoriza o da autoridade competente.

Inclusive, inclui recomendar que o ato que autorize a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deve ser divulgado e excluído   disposição do público em site eletrônico oficial, bem como ser divulgado no Diário Oficial dos Municípios, por forçá do disposto no artigo 176, inciso I, da nova Lei de Licitações.

Por conseguinte, pode-se afirmar que, dentro das regras dos valores estabelecidos pela legislação vigente, não há qualquer óbice quanto   pretensão. Nota-se, ainda, que o valor a ser contratado está dentro do limite previsto na Nova Lei, e a realiza o de procedimento licitatrio específico oner rio ainda mais os cofres públicos, haja vista que exigiria a utiliza o de pessoas, tempo e material para sua decisão.

Considerando que o valor total estimado é de R\$ 30.480,00 (trinta mil, quatrocentos e oitenta reais), é forçoso concluir pela possibilidade legal de contratação direta através de dispensa de licitação, uma vez que o caso em questão se molda perfeitamente aos valores previstos no artigo 75, inciso II, da Lei n  14.133/2021 e no Decreto 12.343/2024.

Da análise do dispositivo acima, pode-se chegar a uma conclusão fundamental no sentido de que, ao estabelecer a licitação como regra, o legislador buscou garantir que a licitação alcance suas finalidades essenciais, quais sejam: a igualdade de tratamento entre os diversos interesses em contratar com administra o pública, somada à possibilidade de escolher, dentre as ofertas apresentadas, aquela que é mais vantajosa ao interesse público.

Na linha de análise aqui adotada, constata-se que, para haver respaldo legal, a contratação direta deve se basear em justificativas. A justificativa para a Dispensa de Licitação para a contratação dos referidos serviç os se fundamenta no inciso II, do artigo 75, da Lei n  14.133/2021.

Destaca-se, ainda, que nos autos constam os documentos de formaliza o de demanda e termo de referência, contendo os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto requisitado.

Como já citado, o intuito da dispensa de licitação é dar celeridade às contratações indispensáveis para restabelecer a normalidade. Além disso, a contratação direta não significa

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO-TO

desrespeitar os princípios administrativos, pois a Lei exige que o contrato seja celebrado somente após procedimento simplificado de concorrência, o suficiente para justificar a escolha do contratado, de modo a garantir uma disputa entre potenciais questões sobre o serviço.

Além disso, conforme previsto no artigo 75, § 3º, da Nova Lei, as contratações diretas, pelo valor, serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a disposição do objeto objetiva e com a manifestação de interesse da administração em obter propostas adicionais de assuntos específicos, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Assim, para que os preços mais vantajosos do serviço sejam executados, é necessário que a Administração dê publicidade à intenção de realizar a contratação, com a divulgação de aviso em site eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis.

3. CONCLUSÃO:

Dessa feita, e diante do exposto, apresento parecer favorável para o prosseguimento do processo licitatório, devendo-se atentar para que, no presente procedimento, seja seguida a legalidade, aplicando-se a legislação vigente que orienta o procedimento licitatório, especialmente porque está enquadrado na hipótese de contratação direta prevista no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto 12.343/2024.

Não obstante, o presente parecer é prestado sob o prisma de restrição jurídica, não competindo a esta assessoria jurídica adentrar no benefício da conveniência e oportunidade dos atos praticados pelos gestores públicos.

É o parecer, SMJ, que submeto à consideração superior para deliberação e aprovação.

É o parecer, S.M.J

Bernardo Sayão – TO, 13 de janeiro de 2025.



BRENNO DE ARAUJO ALBUQUERQUI
OAB/TO-5982